

13 de Novembro de 2023



**TETE PÓS-VALE:
INTENSIFICAÇÃO DA CRISE DE REPRODUÇÃO SOCIAL
DO “CAMPEPINATO”**

Alberto Tovele

INTRODUÇÃO

Têm sido amplamente estudados, a nível nacional e internacional, os efeitos adversos que os investimentos baseados na terra têm sobre as populações locais, entre os quais se destacam, a expropriação de terras, reassentamentos involuntários, compensações problemáticas, alteração dos modos de vida e revoltas populares. Uma das formas de mitigar os impactos dos projectos de investimento tem sido a adopção de diferentes mecanismos de compensação pelas empresas e pelos governos (PRIETO-CARRÓN *et al.*, 2006, Cotula *et al.*, 2009).

Dentre os países do sul global, Moçambique constitui um dos países-alvo da corrida pela terra, que não poucas vezes resultou em processos de expropriação de terras. Na província de Tete, no distrito de Moatize, a expropriação de terra tem ocorrido principalmente devido aos interesses no sector da mineração de carvão, especificamente a exploração de carvão térmico e metalúrgico, dada a sua abundância naquele distrito. Esta confluência possibilitou o estabelecimento de mega-projectos de mineração, como os implementados pela Vale S.A. nos finais da primeira década do ano 2000. Desde 2015, assistiu-se a novas expropriações de terras, na medida em que foram aumentadas as áreas em exploração. A existência de conflitos ao longo dos anos marcou a relação entre as populações locais e a empresa Vale Moçambique.

Volvidos mais de 10 anos de exploração, a Vale S.A vendeu, em 2022, todos os seus activos da mina de Moatize, para a empresa Vulcan Mozambique, pertencente ao Grupo Jindal. Esta absorveu não somente os activos, mas também os problemas deixados pela empresa Vale. Estas dinâmicas geradas pelos antigos problemas, amplamente estudados, trouxeram ao de cima questões relativas ao acesso e uso da terra, ao regime de terra e modos de vida, ou seja, quem tem o quê, quem ganha o quê, e quem beneficia de quê na implementação de grandes projectos baseados na terra?

Por esta razão, há necessidade de ampliar o entendimento dos impactos sociais dos grandes investimentos baseados na terra (large scale land based investments) que na sua actuação tendem a privilegiar os interesses “predadores” dos investidores em detrimento dos direitos das populações locais. Mesmo conhecendo resistência por parte daquelas, e respondendo às exigências legais, são instaurados mecanismos de

compensação deficitários e insustentáveis financeira e socialmente, para as populações afectadas.

Este texto explora as formas como as dinâmicas de aquisições de terras através da mineração de carvão em Moatize são potenciadoras de conflitos e alteram os modos de vida das populações locais. Argumenta-se ainda que os grandes projectos baseados na terra resultam em processos de expropriação têm levado a uma crise de reprodução social. Destaca, de forma específica, o papel do acesso a terra e da agricultura na reprodução social da população rural. Este texto é parte integrante de um trabalho de pesquisa mais abrangente sobre *land grabbing* e mecanismos de compensação realizado na província de Tete. Os dados secundários foram obtidos juntos dos órgãos dos governos locais, em relatórios e documentos oficiais. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas aprofundadas e grupos focais. Foram realizadas 98 entrevistas e dois grupos focais. Os trabalhos de campo foram realizados nos meses de Junho e Setembro de 2023. Nas duas fases do trabalho de campo fez se observação sistemática junto de famílias deslocadas e reassentadas.

DEFININDO LAND GRABBING E A REPRODUÇÃO SOCIAL

Em 2007/2008, a subida de preços de alimentos coincidiu, na altura, com as crises de combustíveis, finanças e clima, conduzindo a uma corrida para aquisição de terras nos países do sul global (Borras Jr. e Franco, 2010; Zoomers 2010; 2012; Ra, 2022). Esta corrida por terra tem ocorrido através da penetração do capitalismo, não somente, na agricultura, mas também noutros sectores, como florestas, mineração, biocombustíveis (Borras Jr. e Franco, 2010). De acordo com Zoomers (2010) esta corrida a terra levou a uma estrangeirização do espaço ou da terra que, apesar de não ser um fenómeno novo, a escala e intensidade são novas.

Há quem prefira usar apenas o termo aquisição de terra em larga escala¹. No presente trabalho optamos por usar o conceito *land grabbing* pelos aspectos que o conceito permite captar e destacar, especificamente, a natureza injusta das negociações ou transacções fundiárias e as características dos actores envolvidos, e a dimensão das áreas (Cotula *et al.*, 2009; Borras Jr. e Franco, 2010).

Segundo Baker-Smith e Attila (2016), *land grabbing* pode ser definida como sendo o controlo (seja através de propriedade, arrendamento, concessão, contractos, quotas ou poder geral) de quantidades de terra superiores às típicas locais de terra por qualquer pessoa ou entidade (pública ou privada, estrangeira ou nacional) através de quaisquer meios ("legal" ou "ilegal") para fins de especulação, extracção, controlo de recursos ou de recursos ou de mercantilização à custa dos camponeses, da agro-ecologia, da gestão da terra, da soberania alimentar e dos direitos humanos (tradução do autor).

¹ Ver, por exemplo, Abdallah, A.-H.; Ayamga, M.; Awuni, J.A. Large-Scale Land Acquisition and Household Farm Investment in Northern Ghana. *Land* 2023, 12, 737. <https://doi.org/10.3390/land12040737>

Um outro conceito que nos serve de lente teórica para ler os fenómenos que nos propusemos a estudar é o de reprodução social, o qual se refere às actividades, atitudes, comportamentos, emoções, responsabilidades e relações que estão directamente relacionadas com a manutenção da vida numa base diária e inter-geracional. A reprodução social inclui, entre vários elementos, questões acerca de como as pessoas obtêm alimentos, roupa e abrigo para o consumo imediato. Este conceito permite compreender as formas como as famílias se reproduzem diariamente (White, 2020, Bathacharya, 2017).

No centro deste conceito está a importância do trabalho humano na reprodução das famílias, comunidades e da sociedade, seja através de trabalho remunerado (produção de bens e serviços para o mercado) e trabalho não-remunerado, também chamado de trabalho reprodutivo. Os processos de produção e reprodução reforçam-se mutuamente, de tal forma que “a reprodução constitui uma condição necessária para a produção e vice-versa” (Muianga, 2022: 89, tradução do autor).

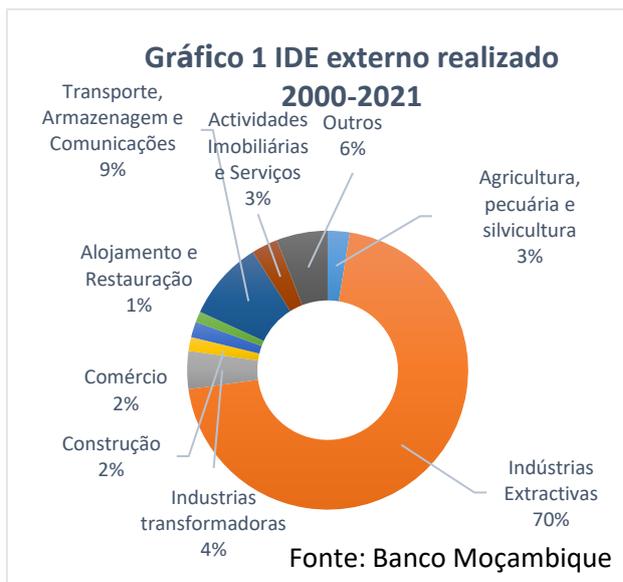
Contudo, Munro (2019) relembra que não existe reprodução social sem reprodução da sociedade, mas também que toda produção e reprodução social em sociedades capitalistas é modelada por processos de acumulação.

“BONS” INDICADORES MACROECONÓMICOS E MAUS INDICADORES SOCIAIS: entre primeira fase do *Land Grabbing* (2007-2013) e a segunda fase do *land grabbing* (2015-2019) a favor da Vale S.A

Países como Moçambique que até os anos 90 recebiam pouco investimento directo estrangeiro (IDE), passaram a obter um nível considerável de IDE (Cotula *et al.*, 2009). Em 2007 os países africanos atingiram novos recordes de investimento directo estrangeiro (IDE) em mais de 30 mil milhões de dólares (*op. cit.*). Os países que mais recebem IDE em África são os que são dotados de recursos minerais e petróleo, gás e terra arável (*op. cit.*); entre os quais se encontra Moçambique que possui, entre tantos outros recursos, enormes jazidas de carvão metalúrgico e térmico, terra arável e enormes reservas de gás na bacia do Rovuma.

Os discursos oficiais dos governos de Moçambique, tal como os seus programas de governação (Planos Quinquenais 2005-2009; 2010-2014; 2015-2019; 2020-2024), têm estabelecido, como objectivo estratégico, a atracção de investimento estrangeiro para impulsionar o crescimento económico, através do aumento da produtividade e a geração de emprego.

Para as agências de financiamento e em alguns debates académicos sobre o IDE, os projectos de IDE são considerados importantes para o processo de desenvolvimento, com potenciais efeitos positivos sobre as economias dos países receptores (Sambo, 2020).



Foi neste contexto que a província de Tete, especificamente o distrito de Moatize, tornou-se hospedeira de megaprojectos no sector da mineração de carvão, tendo a empresa Vale de origem brasileira sido, em tempos, o implementador do maior investimento no sector (Mosca 2011).

Como ilustra o gráfico acima, no período de 2000 a 2021, o sector extractivo (carvão, gás, Petróleo e minerais) concentrou, em média, cerca de 70% do IDE. a concentração do IDE no sector extractivo teve o seu ponto

mais o ano de 2013 em que atingiu 5,469.76 milhões de dólares. Entretanto, apesar do sector extractivo manter a concentração do IDE no período em análise, desde o ano 2014 até 2021 registou-se um decréscimo contínuo do IDE no sector extractivo.

O fluxo do IDE contribuiu para o crescimento da economia moçambicana à taxa de 7% ao ano durante uma década e meia entre os anos 2000 a 2019, posteriormente, sofreu uma desaceleração para uma média anual de cerca de 3% (Muianga, 2022). De 2000 a 2019, moçambique atraiu cerca de 39 mil milhões de dólares sob forma de IDE e de empréstimos comerciais (*op. cit.*). O *boom* da mineração do carvão permitiu dinamizar alguns sectores económicos locais, tais como o transporte de curta e longa distância, sector imobiliário, hotelaria e restauração, combustíveis e energia, e serviços bancários e financeiros (Mosca e Selemane, 2011).

O crescimento alimentado pelo sector extractivo teve os seus efeitos adversos na economia, e estas temáticas têm sido amplamente estudadas (por exemplo, os trabalhos de Castel-Branco, 2010, Mosca e Selemane, 2011, Selemane, 2016).

É neste contexto que se a primeira fase do *land grabbing* no distrito de Moatize que, apesar de ter permitido obter bons indicadores macroeconómicos, teve efeitos adversos sobre as famílias camponesas que ocupavam as áreas que passaram para empresa mineradora Vale.

A primeira fase do *land grabbing* inicia no período que vai do ano 2007, com o anúncio do vencedor (Vale S.A) do concurso público para exploração das minas carvão e são firmados contractos entre o governo moçambicano e a empresa², até ao ano de 2011,

² A legislação sobre mineração (Lei de Minas n° 14/2002 de 26 de Julho) vigente neste período, em que ocorre a primeira fase do *land grabbing* a favor da empresa Vale, facilitava processos de expropriação de terra para servir interesses capitalistas no sector da mineração de forma geral, na medida em que determinava que a mineração tinha prioridade sobre os outros usos de terra desde que o valor económico e

em que as transacções fundiárias se efectivaram e aldeias inteiras foram reassentadas noutros locais ano esse que iniciaram as operações de mineração da empresa.

Os processos de reassentamento ocorridos entre 2009 e 2010, na primeira fase, foram amplamente estudados, a nível nacional e internacional, com particular destaque para a natureza problemática dos reassentamentos, as condições nos locais de reassentamentos, os impactos dos reassentamentos nas populações e em grupos específicos, como as mulheres, e promessas de condições nos locais de reassentamentos não cumpridas (Osório e Silva, 2017, Selemane, 2016, Mosca e Selemane, 2011).

As entrevistas semi-estruturadas realizadas junto das populações reassentadas em Cateme e no bairro 25 de Setembro corroboram as evidências apresentadas noutros estudos sobre os impactos da expropriação e dos reassentamentos, conforme algumas entrevistas com camponeses que relataram o seguinte:

Em Malabue, nos vivíamos na base da agricultura, produzíamos milho, mapira e feijão. Lá na zona [de] onde saímos, praticamente não havia isso de [produzimos] [n]essa época X, [outra] (...) época é X. Nos encontrávamos perto do rio [e] toda altura estávamos a trabalhar. Sai na primeira época estava a descer [cultivávamos] na segunda época. Você encontrava verduras, pegávamos algumas verduras e vendíamos para poder comprar outros produtos, como óleo, sabão, sal. (Reassentada 55 anos, Cateme entrevista no dia 3 de Julho de 2023).

Em Mtete, onde a Vale está a explorar carvão, nós fazíamos cultivo; não comprávamos comida (milho, amendoim etc.); eu produzia várias culturas mas principalmente mapira e amendoim e milho; dependendo da quantidade, eu vendia o que restava para poder comprar material escolar, óleo, sal, etc.; eu tinha uns 2 hectares de machamba; dependendo dos anos, conseguia 1 celeiro de amendoim e celeiro de milho (...) Quando a empresa chegou, disseram que lá, onde vocês vão, terão direito a receber comida durante 5 anos. Nós percebemos que aquilo não era verdade. Quando chegamos cá, começámos a sofrer e só recebemos comida uma vez. Para além disto, fizeram curral e prometeram nos dar gado, mas não chegaram a nos dar; fizeram também pombais, mas não tivemos os pombos; recebemos terras aqui em Cateme só que é uma terra que não tem produção [pouco fértil]. Aí, só sai pepino e melancia, amendoim; não desenvolve. Eu abandonei a machamba. Agora produzo apenas aqui mesmo em casa; tenho esta horta e consigo garantir alimentos por pouco tempo; depois tenho que comprar. Os meus filhos enviam me um pouco de dinheiro no Mpesa para comprar milho, pagar energia às vezes. (reassentada, 60 anos, Cateme entrevista no dia 3 de Junho).

Este relato e outros colhidos no trabalho de campo remetem-nos ao surgimento de uma crise de reprodução social numa base diária entre estas famílias camponesas durante a primeira fase do *land grabbing* pela empresa transnacional Vale em Moatize. Na medida em que a forma como as famílias conseguiam garantir alimentos para o consumo imediato alterou-se drasticamente. Pese embora tenha sido feita a atribuição de terra para a prática da agricultura, as condições agro-ecológicas não permitem garantir uma boa produtividade. os relatos acima apresentados são apenas uma representação de um conjunto relatos colhidos, que esclarecem que cada vez mais as famílias camponesas em

social das operações fosse superior. Os direitos à terra preexistentes eram considerados extintos uma vez paga uma indemnização justa e razoável.

Cateme e Moatize passaram a ter dificuldades em garantir a sua subsistência apenas com base nas actividades agrícolas. Estes relatos são consistentes com as observações de Munro (2019) de que as empresas e as famílias estão intrinsecamente ligadas em seus próprios processos de produção e reprodução e todas são modeladas pelos imperativos de acumulação, e as famílias são obrigadas a depender do Estado e das empresas para garantir a sua existência no dia-a-dia e de forma intergeracional.

Contudo, a pesquisa de campo e a observação sistemática permitiram compreender que a atribuição de terras pedregosas e pouco férteis constitui a realidade de parte dos reassentados em Cateme. Porém, há entre eles algumas famílias reassentadas a quem foram atribuídas boas terras e que conseguem garantir a sua subsistência exclusivamente a partir da agricultura. A atribuição de terras férteis para algumas famílias reassentadas constitui um elemento de criação de diferenciação social entre os as famílias camponesas reassentadas, ainda que de forma não intencional.

Eu recebi o valor de 119 mil meticais como forma de compensação. Cada um usou da forma que achou melhor; há certas pessoas que adquiriam novas terras. [com] este valor não posso dizer que fui comprar outras terras; não, usei o valor de uma outra forma. A promessa foi de 2 hectares, aqui recebemos 1 hectare para cada um trabalhar; então, faltava 1 hectare para fazer 2 hectares e, por esta razão, recebemos o valor 119 000 meticais por que já não havia terra aqui para podermos ser atribuídos (...) Na minha machamba, eu tenho uma produção normal, na medida em que terra é terra; há outras terras, verdade; e que há outras pessoas que não receberam boas terras. Eu recebi boa terra, não tenha problemas de pedras, mas a terra, em si, carece de custos, quero dizer, sem lavrar, não tiras nenhuma coisa... [com a produção da machamba atribuída] eu, aqui em casa, costumo chegar até à outra sementeira, a consumir a minha produção; mas também o número do agregado familiar aqui na minha casa é pequeno (Reassentado, 66 anos de idade, Cateme, entrevista em 3 de Julho de 2023).

Antes, eu vivia perto do rio. Cultivávamos duas vezes. Quando a Vale veio, nos disse que nós descobrimos carvão, nós vamos vos tirar daqui. Lá, onde vocês vão, vamos arranjar novas terras e boas casas e nós não fizemos força porque eles vieram com o governo. Desde que sai de lá, só cultivei durante dois anos, porque os nativos reclamaram a terra; desde o dia 2 de Junho até hoje eu não tenho terra para cultivar. (...) eu recebi o valor de 119 mil; só que não consegui ter outra terra. Cheguei aqui, passávamos fome; resolvi problemas de casa com aquele dinheiro (61 anos de idade, reassentada camponesa, Cateme, entrevista no dia 03 de Julho).

De igual modo, o acesso a terra e as escolhas que as famílias fizeram com os valores de compensação contribuíram para a intensificação da diferenciação social entre os camponeses reassentados. Outrossim, contribuiu para a diferenciação social a existência de agregados familiares reassentados em Cateme que ficaram sem acesso a terra pois a população local nativa reivindicava o direito de uso e aproveitamento de algumas das terras atribuídas. A pesquisa de campo permitiu compreender que grande parte dos que foram reassentados no bairro 25 de Setembro não tiveram acesso a terras para cultivo, após receber o valor de 119. 000 meticais de indemnização pela perda de machambas. Porém algumas famílias usaram parte do valor para adquirir novas terras de cultivo o que intensificou a diferenciação social. Assim, para garantir a subsistência, os agregados familiares afectados na primeira fase do land grabbing adoptaram outras estratégias vender o seu trabalho, em trabalhos agrícolas e não-agrícolas. Entre as principais

estratégias adoptada pelos agregados familiares no bairro 25 de Setembros encontram-se o arrendamento de imóveis construídos pela Vale e o uso dos valores monetários transferidos como compensação pela não-atribuição de terras de cultivo e pelas rachas existentes nas casas para a construção de outros imóveis e anexos para o arrendamento.

A segunda fase do *land grabbing* inicia em 2015 e vai até finais de 2019, quando a empresa aumentou as áreas de exploração de carvão. Esta expansão da mina resultou na despossessão de meios de produção e subsistência das famílias que tinham como principais actividades a prática de agricultura, pesca, criação de gado bovino e caprino e a olaria, especificamente a produção de tijolos.

A expansão das operações para novas áreas conduziu a necessidade de mais compensações, indemnizações e reassentamentos. Antes de se efectuarem reassentamentos, compensações e reassentamentos, surgiram, em volta desta expansão, discussões sobre os limites do DUAT detido pela empresa Vale. Pois, esta reclamou estas áreas como fazendo parte do seu DUAT de 23.780 hectares. Entretanto os camponeses, pescadores, criadores de gado e oleiros, que desenvolviam actividades nestas áreas, que se estendem em volta do rio Moatize, afirmaram que as áreas pertencentes à empresa encontravam-se vedadas e que a prática de agricultura, uso para pastagem e para olaria, nestas áreas reclamadas pela Vale, iniciou antes da presença da empresa³.

Neste contexto, a viabilização dos processos de acumulação levou a empresa a ter de negociar com diferentes grupos, criadores de gado, pequenos agricultores e oleiros. Como na primeira fase, na segunda fase do *land grabbing*, a Vale fez um conjunto de promessas que, de forma intencional ou não, não foram cumpridas. À semelhança da primeira fase do *land grabbing*, o modelo de compensação e indemnização da segunda fase pode ser problemático na medida em que os integrantes dos diferentes grupos não receberam a compensação na totalidade ou não receberam qualquer compensação.

CAMPONESES SEM TERRA E O (RE)SURGIMENTO DE CRISE DE REPRODUÇÃO SOCIAL

A população do distrito de Moatize é predominantemente agrária cerca 78% da população esta agricultura é feita em pequenas explorações familiares (MAE, 2014). Esta tendência tende a ser idêntica em toda a província de Tete que, ao longo dos anos, a ocupação da população activa por sector de actividade não alterou, com base no último inquérito ao orçamento familiar IOF 2022 que indica que a agricultura, silvicultura e pesca emprega cerca de 73,3% da população activa.

As entrevistas permitiram compreender que os camponeses que foram expropriados de terra na segunda fase do *land grabbing* tinham, na agricultura, a sua principal actividade de subsistência, tendo alguns passado a basear a sua subsistência na venda da força de

³ Informação obtida em entrevistas no dia 29 de Junho de 2023.

trabalho, incluindo em trabalhos precários. Contudo, a maior parte da sua produção é para subsistência e a sua participação no mercado é marginal, limitada aos anos que há excedentes, e não está ligada a lógicas de acumulação e, sim, de reprodução (subsistência).

A questão agrária, principalmente, no que se refere ao acesso de terras para produção para subsistência, revela-se importante para os camponeses que sofreram expropriação na segunda fase do *land grabbing* em favor da empresa transnacional Vale e, nesta fase, não houve atribuição de novas terras aos agricultores, à exceção do grupo de criadores de gado, para quem foram abertos novos campos, mas que se encontram longe de fontes de água. Os termos da compensação e indenização não levaram em consideração vários aspectos que os reassentamentos por interesses económicos envolvem. Por conseguinte, surge a questão de os camponeses sem terra serem obrigados a reinventarem-se para se reproduzirem socialmente e restando-lhes procurar alternativas fora da agricultura para garantir a sua subsistência.

A empresa Vale, impossibilitada de obter novas áreas de cultivo para distribuir aos camponeses da segunda fase *land grabbing*, criou uma base para o surgimento de uma crise de reprodução social numa base diária e inter-geracional entre os grupos de agricultores e oleiros. Há entre estes, algumas pessoas que sofreram os efeitos de despossessão, quer na primeira, quer na segunda fase do *land grabbing*. Assim, a indisponibilidade de terras para atribuir aos camponeses levou a empresa a adoptar mecanismos de compensação.

Eu sou oleiro. O primeiro lugar onde eu aprendi a fazer olaria foi Chipanga onde foram reassentados, nessa altura [2009]. Eu não tinha casa lá; vivia em casa dos meus avós noutra sítio, mas tinha o meu forno em Chipanga. Quando chegou o tempo de tirar aquelas pessoas, as pessoas que já tinham acabado de vender os tijolos não foi dado nada, não foi beneficiado em alguma coisa. Eu fazia os meus tijolos lá, mas não tinha casa; lá eu não fui beneficiado. Aquele sítio perdi; por isso, estou naquele grupo de 121 oleiros que ficaram sem ser dados nada. Vieram lá, apanharam cinzas onde estava a fabricar, e disseram que nós não pagamos por cinzas, pagamos por produção; se você tem bloco, então, pagamos. Então, quando vieram para cá, em Moatize, fizeram outro sistema: a pessoa indicava, por exemplo, o buraco onde fabricam, tiravam fotografia e estava no sistema; [e] a pessoa recebia. Depois, passei a fazer a olaria em Nhamtoto, na zona do bairro primeiro de Maio. Lá, também vieram nos paralisar. Em 2018, vieram a primeira vez; continuámos a produzir; apenas exigimos ser indemnizados. Depois, em 2020, vieram com policia e tiraram-nos à força. Registaram nossos nomes em um caderno e o número de telefone e carregam nossos blocos para onde a pessoa queria e, desde lá, ficamos assim: estou em casa sem trabalhar, vendemos este óleo avulso para sobreviver. Os blocos são estes, que estas ver aqui no quintal, que já não tem valor para revender. (Oleiro, 43 anos, Moatize, entrevista no dia 28 de Junho de 2023)

À semelhança dos relatos acima apresentados de agricultores que foram paralisados e apenas receberam o dinheiro das sementes, faltando a recepção do valor de 119 mil meticais, que é o valor padrão pago a alguns grupos de agricultores⁴ pela machamba,

⁴ Informação obtida em entrevista no dia 28 de Junho de 2023

foi igualmente prometido valor para criação de pequenos projectos de geração de rendas, através mercearias, táxi moto (txopelas) entre outros.

Assim, verifica-se que a crise de reprodução social dos agricultores dá-se numa base diária, como referido anteriormente, mas também intergeracional, como refere White (2020), na medida em que estão vedadas as possibilidades de transmissão de recursos agrários, terra e conhecimento e habilidades, pois existem membros da família que estão à espera da transmissão da terra e esta não se encontra mais disponível.

Ademais, com a venda dos activos da mina Moatize e corredor logístico, uma das questões que ficou para os grupos que ainda esperam ser indemnizados é de quem é a responsabilidade de compensar e indemnizar? Os entrevistados afirmaram que houve uma reunião, em que participaram, em que os representantes da empresa transnacional Vale afirmaram que a nova empresa (Vulcan Mozambique) iria responder aos problemas de compensação e indemnização deixados durante os processos de acumulação por despossessão na segunda fase do *land grabbing*.

A pressão que estes grupos exerceram sobre a administração local e a empresa realiza-se num fórum de diálogo, que tinha lugar semanalmente, sendo que a empresa afirma ter compensado e indemnizado todos os grupos. O caso foi remetido à Procuradoria pelo governo distrital, pois este afirmou não estar em condições para decidir sobre o mesmo e que também há casos de oportunismos em que pessoas que não fazem parte passaram a estar inclusas. Este é, em si, um sinal que fortalece o entendimento de que há surgimento de uma crise de reprodução social em Tete que resultou de um processo de despossessão na medida em que a empresa foi aumentando as suas áreas de exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

White (2020) afirma que grande parte da população rural pode não se qualificar como agricultora, porque, às vezes e ao longo tempo, não possui terra, ou outros meios, para cultivar por conta própria ou porque estão engajados na agricultura de forma marginal e sazonal. Esta constitui a realidade da esmagadora maioria dos pequenos agricultores que sofreram a despossessão dos meios de produção e reprodução (terra e acesso ao rio) à medida que os processos de acumulação se estendem para novas áreas (na segunda fase do *land grabbing*) e alguns dos reassentados no bairro 25 de Setembro (na primeira fase do *land grabbing*) aos quais foram atribuídos o valor monetário de 119 mil meticais como indemnização pela perda de terra e não atribuídas novas terras. É também a realidade das populações que se viram obrigadas a engajar na agricultura de forma marginal, no quintal de sua casa (reassentados em Cateme), seja porque lhes foi arrancada a terra por nativos, seja porque abandonaram as suas machambas pela baixa fertilidade dos solos.

Com a expansão da mineração para novas áreas (segunda fase do *land grabbing*), entre os grupos de oleiros e de agricultores, tem-se verificado uma intensificação da crise de reprodução social que se dá numa base diária, mas com implicações inter-geracionais. Os conflitos sobre indenizações e compensação são, em parte, manifestação desta crise de reprodução social. A experiência com as compensações e indenizações mostra que a vida destas comunidades não se alterou positivamente. Neste sentido, os mecanismos de compensação adoptados pela empresas não têm sido eficazes para garantir formas de vida alternativas para os diferentes grupos de oleiros e agricultores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER-SMITH, K e Attila, S. (2016) What is land grabbing? a Critical review of existing definitions, Eco Ruralis

BERNSTEIN, H. (2010). Class dynamics of agrarian change. Rugby, UK: Practical Action Publishing, < <http://dx.doi.org/10.3362/9781788532174>

BHATTACHARYA, T. (2017). Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In Bhattacharya, (eds) Social Reproduction Theory: Remapping class, recentring oppression. Pluto press: 1-20

BORRAS Jr. S. M. & Franco, J. (2010). Towards a broader view of the politics of global land grab: rethinking land issues, reframing resistance. ICAS Working Paper Series No. 001

CASTEL-BRANCO, N. (2010). Economia extractiva e os desafios da industrialização em Mocambique in Luís de Brito *et al.* (org) economia extractiva e desafios de industrialização em Mocambique, Maputo, IESE: 19-109

COTULA, L. *et al.* (2009). Land grab or development opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa. IIED/FAO/IFAD, London/Rome.

KENNEY-LAZAR, M. (2014). Plantation rubber, land grabbing and social-property transformatiton in southern Laos. *Journal of peasant studies*, 39:3-4. 1017-1037

OSÓRIO, C. e Silva, T. (2017) Corporações económicas e expropriação: Raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no distrito de Moatize, Maputo, WLSA Moçambique.

MOSCA, J. e Selemane, T. (2011) *El dorado* Tete: Os mega projectos de mineração, Centro de Integridade Pública (CIP).

MUIANGA, C. (2022). The expansion of capitalist agricultural production and social reproduction of rural labour: contradictions within the logic of capital accumulation in MOZAMBIQUE, *Review of African Political Economy*, 49:171, 87-106, DOI:10.1080/03056244.2022.2036485

MUNRO, K. (2019). "Social reproduction theory, social reproduction, and household production". *Science & Society*, Vol. 83:4 451–468

RA, D. (2022) Land, Labour, Social reproduction and the global land rush: Insights from Myanmar (Burma). *Land Rush Working Paper & Notes* Issue No. 3, September 2022

SELEMANE, T. (2016) Tete e Cateme: Entre a Implosão do El Dorado e a Contínua Degradação das Condições de Vida dos Reassentados. *Observador Rural* nº45, Observatório do Meio Rural

WHITE. B., (2020) *Agriculture and the generation problem*, Rugby, UK: Practical Action Publishing, <http://dx.doi.org/10.3362/9781780447421>

ZOOMERS, A (2010). Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current global land grab. *Journal of Peasant Studies*, 37:2, 429-447

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org